



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL
DE RECURSOS LOGÍSTICOS

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 5/2015 publicado no DOU de 02/06/2015, Seção 3, Pág. 118. Onde se lê: Vigência: 13/06/2015 a 12/08/2015 Leia-se: Vigência: 13/05/2015 a 12/08/2015

(SICON - 11/09/2015) 280101-00001-2015NE800053

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

EXTRATO DE DOAÇÃO

Processo: nº 52401.000013/2012. ESPÉCIE: Termo de Doação de Bens Móveis celebrado entre o INPI e a SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO - TOCANTIS, CNPJ nº 07.821.703/0001-20. OBJETO: Doação de bens móveis, pertencentes ao Doador, relacionados no Anexo, em favor do Donatário localizado nas Unidades do INPI denominadas REINPI/TO, situada na Esplanada das Secretarias - Praça dos Girassóis, s/nº - Centro, Palmas -TO, no estado de conservação em que se encontram. DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2015. SIGNATÁRIOS: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO - TOCANTIS - Eudoro Guilherme Zacarias Pedroza - SECRETARIO; pelo INPI - Ademir Tardelli - VICE-PRESIDENTE.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2015

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 52400121257201407. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviço de acesso à Internet, com taxa de 100 Mbps, incluindo instalação e gerenciamento de performance, conforme requisitos de funcionalidades, especificações técnicas, descrições de suporte e garantias definidas no Edital e seus anexos.

ADEMIR TARDELLI
Diretor de Administração

(SIDECA - 11/09/2015) 183038-18801-2015NE800291

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 6/2014

Processo: 5168/13. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA-QUALIDADE E TECNOLOGIA. CNPJ Contratado: 15718607000189. Contratado: HK SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - -EPP. Objeto: Rescisão por acordo entre as partes Fundamento Legal: Artigo 78 Inciso XII da Lei nº 8666/93 Data de Rescisão: 31/08/2015.

(SICON - 11/09/2015) 183025-18205-2015NE800138

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS SUPERINTENDÊNCIA-ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2015 - UASG 193028

Processo: 52710002305201538. Objeto: Participação de 25 servidores no Curso "Eco Treinamento Liderando para Resultados". Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Despacho nº 311/2015/COJUR/PFSUFRAMA/PGF/AGU e Parecer nº 463/2015/GAB/PFSUFRAMA/PGF/AGU Declaração de Inexigibilidade em 11/09/2015. CARLITO DE HOLANDA SOBRINHO. Superintendente Adjunto de Administração em Exercício. Ratificação em 11/09/2015. JOSE ADILSON VIEIRA DE JESUS. Superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus em Exercício. Valor Global: R\$ 30.000,00. CNPJ CONTRATADA : 09.077.985/0001-28 ORBI - RH TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA - ME.

(SIDECA - 11/09/2015) 193028-19205-2015NE800074

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO
DE CONVÊNIOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Pelo presente Edital fica NOTIFICADO o Senhor ANTÔNIO AIRES DA COSTA, portador do CPF nº 391.741.401-59, que se encontra em local incerto e não sabido, a comparecer à sala 108 - 1º andar, Bloco "A", Edifício Bittar II, - SEPN 511, Asa Norte - Brasília/DF, até as 17h00 do dia 20 de setembro de 2015 e apresentar as alegações de defesa ou recolher aos cofres da União a importância de R\$776.350,39 (setecentos e setenta e seis mil, trezentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos) referente ao valor nominal glosado de R\$226.052,45 (duzentos e vinte e seis mil, cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) corrigidos monetariamente de 02/09/2004 até 04/08/2015, oriundos do Convênio nº 071/2004, celebrado entre o Ministério do Esporte - ME e a Fundação V6-Ita. O valor imputado é decorrente da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, responsabilizando a pessoa física do notificado. Fica estabelecido que o não comparecimento de Vossa Senhoria e o não recolhimento do valor mencionado, no prazo fixado, ensejará a adoção das medidas previstas na legislação em vigor relativas à instauração de Tomada de Contas Especial, junto ao Tribunal de Contas da União, com vistas à recomposição do Tesouro Nacional.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Diretor do Departamento de Gestão Interna

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

EDITAL Nº 5, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015 INSCRIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE BOLSA-ATLETA

O MINISTRO DE ESPORTE, por intermédio da SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004, no Decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, Portaria nº 164, de 6 de outubro de 2011 e Resolução nº 40 de 05 de dezembro de 2014, torna pública a abertura de inscrições para a concessão de Bolsa-Atleta para atletas de modalidades que não fazem parte dos Programas Olímpico e Paraolímpico, referentes aos eventos ocorridos no ano de 2014, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O pleito será regido por este Edital e executado pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta.

1.2 Para os fins deste Edital, consideram-se modalidades que não integram os Programas Olímpico ou Paraolímpico aquelas não indicadas no programa olímpico do Comitê Olímpico Internacional (COI) e no Comitê Paraolímpico Internacional (CPI), respectivamente, e cuja prática seja realizada de forma distinta das modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico, classificadas conforme determinado na Resolução nº 40 de 05 de dezembro de 2014.

2 - DOS EVENTOS CONTEMPLADOS

2.1 Os eventos esportivos de 2014, indicados pelas Entidades de Administração Desportiva conforme Portaria ME nº 164/2011, que tornam apto o atleta a pleitear o benefício, serão somente aqueles discriminados em lista divulgada em nosso sítio eletrônico: <http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/>

3 - DOS CRITÉRIOS DE CONCESSÃO

3.1 Para fins de concessão do benefício, os atletas serão subdivididos nas seguintes categorias:

I - internacional: atletas a partir de 14 anos que integraram a seleção nacional de sua modalidade esportiva representando o Brasil em campeonatos ou jogos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, obtendo até a terceira colocação em competições referendadas pela confederação da respectiva modalidade como principais eventos e que continuem treinando para futuras competições oficiais internacionais;

II - nacional: atletas a partir de 14 anos que participaram do evento máximo da temporada nacional, sendo tais competições referendadas pela confederação da respectiva modalidade como principais eventos ou que integrem o ranking nacional da modalidade, obtendo, em qualquer caso, até a terceira colocação e que continuem treinando para futuras competições oficiais nacionais;

3.2 As categorias dos itens 3.1 - I e II, para efeito de concessão da bolsa-atleta, serão subdivididas nas subcategorias etárias principal, intermediária e iniciante, também conhecidas, respectivamente, por adulta, juniores/juvenis e infantil.

3.3 É vedada a concessão de Bolsa-Atleta à subcategoria máster.

3.4 É vedada a concessão, em um único exercício, de mais de uma bolsa ao mesmo atleta, ainda que cumpra os requisitos de outras categorias, hipótese em que somente será considerado o pleito referente à categoria de maior representatividade.

4 - DA INSCRIÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

4.1 A inscrição do Atleta Candidato deverá ser efetuada exclusivamente por meio do endereço eletrônico: <http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/#>, que estará disponível para inscrições a partir de 00 hora do dia 15 de setembro de 2015 até as 23h59min do dia 25 de setembro de 2015.

4.2 É de exclusiva responsabilidade do Atleta Candidato o acesso à página eletrônica do Ministério do Esporte citada e o preenchimento online do formulário de inscrição.

4.3 O Ministério do Esporte não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação e/ou conexão, congestionamento das linhas de comunicação ou por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, bem como por aquelas solicitadas fora do prazo estabelecido no item 4.1.

4.4 As informações prestadas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do Atleta Candidato, dispondo o Ministério do Esporte do direito de invalidar ou desconsiderar o pleito daquele que não preencher o formulário de forma completa e correta.

4.5 A inscrição online é confirmada após recebimento de notificação do Ministério do Esporte, contendo o número da ficha de inscrição, o login e a senha do atleta, enviada para o endereço de correio eletrônico informado no formulário de inscrição.

4.6 Somente os atletas com inscrição online confirmada terão cumprido a primeira fase do pleito e serão considerados Atletas Inscritos.

4.7 É de obrigação exclusiva do Atleta Inscrito o acompanhamento do pleito por meio da área restrita da página eletrônica: <http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/default.jsp>, acessada com o login e senha entregues na forma do item 4.5, ficando o Ministério do Esporte obrigado a notificar o atleta somente na hipótese prevista no item 4.14.

4.8 O Atleta Inscrito ou seu representante legal poderão solicitar ao Ministério do Esporte, a qualquer tempo, através do e-mail duvidasbolsa@esporte.gov.br o login e senha para acompanhamento do pleito.

4.9 O candidato deverá enviar os documentos listados abaixo, no prazo de 22 (vinte e dois) dias, contados a partir do início das inscrições online, para a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta, no endereço: SAN Q. 03 Bloco A Edifício Núcleo de Transportes - DNIT - 1º andar CEP: 70.040-902 - Brasília/DF:

I - cópia do documento de identidade;

II - cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda);

III - declaração da entidade de prática desportiva (clube), atestando que o atleta:

a) está vinculado a ela e se encontra em plena atividade esportiva; e

b) participa regularmente de treinamento para futuras competições nacionais ou internacionais;

IV - declaração da entidade nacional de administração do desporto (confederação) da respectiva modalidade, acompanhada de cópia da súmula da competição com resultado oficial que habilita o atleta, atestando que o atleta:

a) está regularmente inscrito junto a ela;

b) mantém vínculo com a respectiva entidade estadual de administração do desporto;

c) participou e obteve a primeira, segunda ou terceira colocação na competição esportiva de âmbito nacional ou internacional, conforme o caso, indicada no ato de inscrição online, no ano imediatamente anterior àquele em que pleiteia a concessão do benefício.

V - Declaração sobre valores recebidos como patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, e qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;

VI - Plano Esportivo.

Parágrafo único: As competições esportivas de que trata o item 4.9.IV.c deverão atender integralmente às regras veiculadas no Art. 3º da Portaria ME nº 164/2011, em especial o parágrafo 12º.

4.10 Os modelos das declarações exigidas para inscrição estão disponíveis na página eletrônica oficial do Ministério do Esporte: <http://www2.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/inscricoes.jsp>

4.11 Para fins de inscrição, as declarações enviadas devem, preferencialmente, seguir os modelos disponibilizados pelo Ministério do Esporte e, obrigatoriamente, conter todas as informações neles exigidas.

4.12 O Ministério do Esporte não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação no seu destino.

4.13 Os atletas contemplados com a Bolsa-Atleta no exercício imediatamente anterior ficam dispensados da apresentação dos documentos a que se referem os subitens I e II do item 4.9.

4.14 Caso a documentação encaminhada não atenda aos requisitos previstos no item 4.9, o Atleta Inscrito será notificado pelo Ministério do Esporte, por meio eletrônico, para, no prazo de 30 (trinta) dias complementar as informações, sob pena de indeferimento do pedido, nos termos do Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.342/2005.

4.15 A documentação enviada pelo Atleta Inscrito será analisada e, caso não haja complementação a fazer, este será considerado Atleta Apto e só então concorrerá ao benefício.

4.16 A prioridade estabelecida ou a efetiva concessão da Bolsa-Atleta em anos consecutivos não desobriga o atleta ou seu procurador legal de obedecerem a todos os procedimentos constantes deste Edital, inclusive os de inscrição online e os de envio de documentos, além dos prazos estabelecidos pelo Ministério do Esporte, bem como da apresentação da respectiva prestação de contas e da atualização dos dados cadastrais.

5 - DAS AVALIAÇÕES E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1 As documentações e as propostas serão apreciadas e julgadas pela Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento - Bolsa-Atleta, observando-se os seguintes procedimentos:

I - Análise de documentos;

II - Enquadramento do Atleta Apto no rol de eventos indicados;